

Territorialidade e Justiça Educacional no Campo

A Reativação da Autonomia Escolar e a Reconstrução da Oferta de Educação Infantil em Coivaras (Altos da Colina), Cuiabá-MT

Ângelo Valentim Lena

Coordenador de Microplanejamento Educacional – CMPE

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá

ORCID: 0000-0002-7868-2703

E-mail: angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br

DOI: 10.5281/zenodo.17781603

Novembro de 2025

Resumo

Trazemos uma análise, sob a perspectiva do microplanejamento educacional, da reorganização da oferta escolar em territórios rurais de Cuiabá-MT, com foco na Comunidade Rural Coivaras e na antiga Escola Rural Altos da Colina. A partir de visitas técnicas, diagnóstico territorial e análise documental, demonstra-se que a condição de sala anexa e a impossibilidade de deslocamento das crianças pequenas para unidades nucleadas geram um vazio educacional na etapa da pré-escola. O estudo articula fundamentos históricos — especialmente o legado do Projeto Transpor (1996–2005) —, experiências institucionais consolidadas (como o caso da Escola Rural Prof. Udeney Gonçalves de Amorim e o projeto de tempo integral no Rio dos Peixes) e referenciais teóricos da Educação do Campo. Propõe-se a reativação da autonomia escolar da Altos da Colina e a implantação de uma turma multietária G4/G5 como medida de justiça territorial, permanência com dignidade e garantia do direito constitucional à Educação Infantil no campo. O trabalho oferece subsídios para políticas públicas, planejamento territorial e fortalecimento da participação comunitária rural.

Palavras-chave: Educação do Campo; Territorialidade; Microplanejamento; Pré-escola Multietária; Autonomia Escolar; Transporte Escolar Rural; Permanência com Dignidade; Cuiabá-MT.

Abstract

This article examines the reorganization of educational provision in the rural territories of Cuiabá, Brazil, through the lens of educational microplanning, with emphasis on the Rural Community of Coivaras and the former Altos da Colina Rural School. Based on technical field visits, territorial diagnosis, and documentary analysis, the study demonstrates that the annex status of the school and the impossibility of transporting young children to nucleated rural units create an educational gap in preschool access. The analysis integrates historical developments — especially the legacy of the Transpor Project (1996–2005) —, consolidated institutional experiences (such as the Rural School Prof. Udeney Gonçalves de Amorim and the full-time school proposal in Rio dos Peixes), and theoretical contributions from Rural Education. The study recommends restoring the school's administrative autonomy and establishing a multi-age G4/G5 preschool class as a measure of territorial justice, dignified permanence, and enforcement of the constitutional right to Early Childhood Education in rural areas. The article provides evidence-based guidance for public policy design, territorial planning, and strengthening community participation.

Keywords: Rural Education; Territorial Planning; Multi-age Preschool; School Autonomy; Rural School Transportation; Dignified Permanence; Cuiabá-MT.

1. Introdução

A Educação do Campo representa, historicamente, um espaço de disputas políticas, reorganização territorial e construção coletiva de direitos. Em Cuiabá-MT, esse processo ganhou contornos particulares a partir da década de 1990, quando o município iniciou a reorganização de sua rede rural por meio do **Projeto Transpor (1996–2005)**, marco fundador da nucleação das escolas do campo, da racionalização das rotas de transporte escolar e da ampliação do acesso à educação básica em zonas de difícil alcance geográfico. Esse movimento, alinhado a diretrizes nacionais, resultou na consolidação de oito núcleos rurais e na formação de um sistema de transporte escolar estruturado por linhas principais e vicinais, capaz de atender estudantes de diferentes faixas etárias ao longo do território rural da Capital.

No entanto, apesar dos avanços obtidos, alguns territórios não foram plenamente integrados a esse processo, seja por razões geopolíticas, seja pela complexa configuração territorial que caracteriza as áreas limítrofes de Cuiabá. É nesse contexto que se insere a **Comunidade Rural Coivaras**, cujo histórico escolar evidencia lacunas estruturais: a antiga Escola Rural Altos da Colina foi convertida em sala anexa e, com isso, perdeu autonomia administrativa, identidade censitária, acesso direto a recursos federais e presença institucional no território. Paralelamente, a ausência de oferta local de Educação Infantil (G4/G5) e a inviabilidade de deslocamento das crianças pequenas para unidades nucleadas configuram um vazio educacional que fragiliza o direito constitucional à pré-escola.

Este estudo busca analisar, sob a perspectiva do **microplanejamento educacional**, as condições estruturais, pedagógicas, logísticas e comunitárias que justificam a necessidade de reativar a autonomia escolar da Altos da Colina e de reinstalar uma turma multietária de Educação Infantil no território. Para isso, articula-se um conjunto de procedimentos metodológicos — visitas técnicas, análise documental, diagnóstico territorial, leitura geopolítica e observação pedagógica — a fim de compreender, de forma integrada, as particularidades da comunidade.

A abordagem também recupera experiências consolidadas na própria rede municipal, como a **Escola Rural Prof. Udeney Gonçalves de Amorim**, no Distrito do Aguaçu, que mantém turmas multietárias de G4 e G5 com resultados positivos, além de dialogar com projetos territoriais como a proposta de escola de tempo integral no Rio dos Peixes e com os marcos conceituais da Educação do Campo, especialmente as noções de **permanência com dignidade, território vivo e participação comunitária**.

Assim, a introdução deste trabalho situa o caso Coivaras no contexto mais amplo da política rural de Cuiabá, argumentando que a recomposição da autonomia escolar e a reinstalação da pré-escola local não representam um retorno ao passado pré-nucleação, mas uma **correção histórica necessária**, orientada pela justiça territorial, pela equidade no acesso à Educação Infantil e pelo compromisso ético de assegurar que crianças do campo aprendam e cresçam no lugar onde vivem.

A maturidade institucional alcançada pela SME-Cuiabá nos últimos anos — especialmente por meio dos instrumentos de microplanejamento — permite, agora, identificar e corrigir desigualdades territoriais historicamente acumuladas, como é o caso da Altos da Colina.

2. Referencial Teórico: Educação do Campo como política de território

A literatura reconhece que a Educação do Campo não pode ser reduzida a organização escolar: trata-se de um projeto político. Autores como Arroyo, Caldart, Molina, Freire e Saviani apontam que:

- o território é produtor de saberes;
- a escola do campo deve garantir autonomia, identidade e permanência;
- o currículo deve dialogar com práticas, tempos e culturas camponesas;
- políticas públicas devem corrigir desigualdades históricas.

Os documentos anexados reforçam esse arcabouço:

- O artigo *Educação do Campo e Permanência com Dignidade* defende que o direito de viver no campo deve orientar a escola rural como espaço de emancipação cultural, econômica e política.
- O trabalho *Educação do Campo e Território Vivo* explicita o território como currículo vivido, mostrando que aulas-campo, práticas agropecuárias e vivências sensoriais são formas de produção de conhecimento.
- A proposta de escola de tempo integral no Rio dos Peixes introduz o debate sobre ampliação de tempos e espaços pedagógicos na lógica rural, respeitando a dinâmica do trabalho camponês.
- A experiência do *Transporte Escolar na Etapa Creche* revela os limites estruturais da mobilidade rural e suas implicações na matrícula de crianças pequenas, aspecto central para Coivaras.

3. Contexto Territorial de Cuiabá e sua rede rural

A reestruturação da rede rural de Cuiabá tem início ainda em 1996, quando a Secretaria Municipal de Educação lançou o **Projeto Transpor**, iniciativa que recebeu esse cognome justamente por expressar o desejo institucional de *transpor* os desafios históricos que marcavam a escolarização no campo. À época, as escolas rurais da Capital — como em

grande parte do país — estavam distribuídas em pequenas unidades isoladas, com baixa infraestrutura, atendimento fragmentado e forte dependência de esforços comunitários. Em sintonia com movimentos nacionais fomentados pelo Governo Federal, o Projeto Transpor integrou Cuiabá ao processo emergente de **nucleação das escolas do campo**, um modelo que buscava fortalecer identidades territoriais, elevar padrões de qualidade e superar a dispersão institucional que caracterizava a educação rural brasileira.

Esse ciclo pioneiro se estendeu até 2005, ano em que se concluíram as últimas ações formais do Projeto Transpor. A partir desse marco, o município passou a operar em um segundo momento histórico: as ações de transporte, reorganização e territorialização deixaram de receber cognomes específicos e passaram a compor, de maneira uniforme, o sistema nacional de **Transporte Escolar Rural**, regulamentado por legislação própria, com financiamento, diretrizes e procedimentos comuns a todo o país.

Com esse amadurecimento institucional, o período entre 2005 e 2025 consolidou uma nova arquitetura territorial da Educação do Campo em Cuiabá. Nesse intervalo, o município estruturou **oito núcleos de escolas do campo**, distribuídos estrategicamente em regiões com densidade populacional rural, fluxo agrícola e identidade comunitária consolidada. Esses núcleos passaram a funcionar como centros de referência pedagógica, administrativa e logística, integrando unidades antes isoladas e articulando o atendimento às comunidades vizinhas.

Paralelamente, a SME-Cuiabá desenvolveu um sistema de **transporte escolar estruturado**, composto por linhas principais e ramificações vicinais, garantindo o deslocamento regular entre as comunidades e as escolas nucleadas. Essas rotas — muitas percorrendo longos trechos de estrada de chão — consolidaram um dos pilares da permanência escolar no campo, especialmente para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Outro avanço foi a **ampliação da oferta de G4 e G5 no campo**, processo que rompeu com a antiga lógica de concentrar a Educação Infantil apenas em áreas urbanas ou em poucos polos rurais. Essa expansão materializou o reconhecimento de que as crianças do campo, assim como as urbanas, têm direito a uma pré-escola estruturada, com condições pedagógicas adequadas e proximidade territorial.

Apesar dessas conquistas, a extensão territorial de Cuiabá, marcada por áreas dispersas e comunidades em zonas de fronteira municipal, manteve regiões que não puderam ser plenamente integradas aos núcleos existentes. Por isso, ao longo dos anos seguintes, a

SME precisou promover a **reabertura de turmas multisseriadas** em regiões remanescentes, especialmente onde a densidade demográfica é baixa, mas constante, e onde o vínculo comunitário com a escola permanece forte. Essas turmas, longe de representarem retrocesso, constituem uma resposta contextualizada às condições geográficas e logísticas do território, assegurando o direito à escolarização mesmo em áreas de difícil acesso.

É nesse contexto histórico ampliado que se insere a situação atual da Comunidade Rural Coivaras. Por sua localização periférica, marcada por longas distâncias, estradas vicinais de difícil manutenção e pela interseção geopolítica entre Cuiabá, Acorizal e Chapada dos Guimarães, a comunidade não foi plenamente incorporada à dinâmica de nucleação dos anos 2000. A antiga Escola Rural Altos da Colina — que poderia ter sido fortalecida como polo territorial — acabou convertida em sala anexa, perdendo autonomia administrativa, código INEP e acesso direto às políticas públicas federais.

Os ângulos de visão, as condições de avaliação da época e as restrições logísticas que orientaram o ciclo de nucleação entre 1996 e 2005 ajudam a compreender por que Coivaras não participou integralmente das transformações que consolidaram os oito núcleos rurais e o sistema de transporte escolar estruturado. Hoje, com maior maturidade institucional e instrumentos de microplanejamento mais precisos, torna-se evidente que a comunidade reúne os elementos territoriais que justificam a recomposição da autonomia da Escola Altos da Colina e a reativação de sua oferta de Educação Infantil.

Assim, os ajustes agora propostos não se configuram como excepcionalidade, mas como **reparação histórica** frente a um percurso territorial incompleto. Coivaras, por sua natureza geográfica e identidade comunitária, faz jus a integrar plenamente a política de Educação do Campo que Cuiabá vem fortalecendo há quase três décadas.

3.1. Limites geopolíticos e as barreiras intermunicipais à nucleação da Escola Altos da Colina

A análise territorial da Comunidade Rural Coivaras revela um fator crucial que não se restringe às condições geográficas internas ao município de Cuiabá: **a localização limítrofe entre três municípios diferentes — Cuiabá, Acorizal e Chapada dos Guimarães**. Esse recorte geopolítico singular gera um entrave estrutural para qualquer tentativa de nucleação escolar da antiga Escola Rural Altos da Colina.

Embora a distância da comunidade Coivaras até outras localidades vizinhas — como a **Comunidade Chapada Vacarias**, situada a cerca de **18 km** — seja inferior às distâncias percorridas por diversas escolas nucleadas de Cuiabá, **essa comunidade já se encontra integralmente em território do município de Acorizal**. A Chapada Vacarias, por sua infraestrutura mais robusta e número maior de estudantes, seria um polo natural para a nucleação do território de Coivaras se observados apenas critérios de proximidade, densidade e acessibilidade. No entanto, qualquer articulação nesse sentido exigiria **gestão compartilhada intermunicipal**, condição extremamente sensível e instável, pois envolve:

- pactuação territorial;
- reorganização financeira do transporte escolar;
- definição de responsabilidades pedagógicas;
- supervisão intermunicipal;
- adaptações legais nas bases cadastrais e no Censo Escolar.

Situação semelhante ocorre com outra unidade de maior porte da região, a **Escola Municipal “JJ”**, situada a aproximadamente **30 km** de Coivaras. Embora essa distância seja maior, ela se mantém dentro da média das longas rotas de transporte que atendem escolas rurais nucleadas de Cuiabá. Todavia, esta escola está localizada no território do município de **Chapada dos Guimarães**, o que repete o problema estrutural: **a comunidade mais próxima com condições ideais de nucleação não pertence ao mesmo município**.

Assim, diferentemente de outras comunidades rurais de Cuiabá que puderam ser integradas aos núcleos educativos municipais mesmo com longos trajetos de transporte escolar, a nucleação de Coivaras esbarra em **fronteiras administrativas**, e não apenas em fronteiras geográficas. A estabilidade institucional necessária para uma nucleação intermunicipal — envolvendo fluxos de matrículas, serviços de transporte, financiamento, supervisão pedagógica e gestão escolar — torna esse processo **altamente improvável, delicado e sujeito a rupturas**.

O que se verifica, portanto, é que a Escola Altos da Colina está situada em um **“vazio intermunicipal”**, um território que, embora rural, apresenta uma condição que o microplanejamento educacional reconhece como **zona de vulnerabilidade geopolítica**, onde não há unidade escolar próxima pertencente ao mesmo município capaz de absorver a comunidade sem complexas negociações intergovernamentais.

Esse quadro, somado às longas distâncias internas e às restrições de transporte escolar, reforça a tese de que **a manutenção local do atendimento escolar em Coivaras — com abertura da turma multietária de Educação Infantil e estudo para recompor a autonomia da unidade — não é apenas pedagogicamente necessária, mas territorialmente inevitável.**

4. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo articula procedimentos de investigação territorial, documental e pedagógica, combinando diferentes fontes de informação e técnicas de análise com o objetivo de compreender, de maneira integrada, a situação educacional da Comunidade Rural Coivaras e a condição específica da sala anexa Altos da Colina. A estratégia metodológica parte da premissa de que a Educação do Campo exige leituras multivariadas, capazes de articular geografia, acesso escolar, práticas pedagógicas, dinâmicas comunitárias e elementos administrativos que influenciam direta ou indiretamente o direito à educação no território.

O trabalho de campo compreendeu **uma visita técnica formal realizada pela CMPE no dia 27 de novembro de 2025**, ocasião em que foi possível observar diretamente as condições estruturais da sala anexa Altos da Colina, as dinâmicas pedagógicas da turma multisseriada e a organização cotidiana do transporte escolar. Contudo, é importante destacar que essa visita não constitui o único contato da equipe com o território. **A localidade de Coivaras tem sido acompanhada pela CMPE em diferentes momentos ao longo dos últimos anos**, por meio de visitas espaçadas no tempo, mas constantes na perspectiva de monitoramento territorial. Esse conjunto de incursões sucessivas — formais e informais, agendadas e emergentes — permitiu construir uma compreensão longitudinal da realidade da comunidade, fornecendo elementos qualitativos que somente a observação recorrente em campo é capaz de revelar.

Em seguida, realizou-se **uma análise territorial**, envolvendo mapas oficiais, trajetos de estradas vicinais, distâncias entre comunidades, tempos estimados de deslocamento e características geográficas que influenciam diretamente as possibilidades de nucleação escolar. Essa etapa permitiu identificar os limites estruturais do território, especialmente o fato de Coivaras estar situada em um ponto limítrofe entre três municípios — Cuiabá, Acorizal e Chapada dos Guimarães —, o que cria barreiras geopolíticas que afetam a organização da oferta escolar.

A terceira etapa consistiu em **análise documental**, abrangendo Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de unidades rurais, relatórios internos da SME-Cuiabá, documentos históricos sobre nucleação, materiais produzidos pela CMPE e arquivos institucionais anexados ao estudo. Esses documentos forneceram o pano de fundo histórico necessário para compreender como o município estruturou, ao longo das últimas décadas, seus oito núcleos de escolas do campo, suas rotas de transporte escolar e a política de expansão da Educação Infantil rural.

Paralelamente, foi conduzida **uma observação pedagógica** das práticas multisseriadas e das dinâmicas comunitárias da escola. A análise concentrou-se em aspectos como a organização da rotina docente, a interação entre diferentes faixas etárias, o uso do ambiente externo como extensão pedagógica e a presença de práticas que dialogam com o território, como cultivo comunitário de alimentos e participação das famílias no cuidado e manutenção do espaço escolar.

Por fim, todas essas dimensões foram integradas por meio dos procedimentos do **microplanejamento educacional**, metodologia que envolve diagnóstico detalhado da oferta vigente, projeção de demanda futura, identificação de viabilidade física e pedagógica para abertura de novas turmas e avaliação das condições de autonomia escolar. A partir dessa síntese, tornou-se possível formular recomendações técnicas coerentes com o território e com os princípios da Educação do Campo.

Assim, a metodologia adotada combina múltiplos olhares — territorial, histórico, pedagógico, comunitário e administrativo — a fim de compreender a complexidade do caso Coivaras e subsidiar decisões públicas orientadas pela justiça educacional e pela permanência com dignidade.

5. Resultados: Síntese dos desafios e potencialidades

5.1 Infraestrutura e organização atual

A sala anexa Altos da Colina caracteriza-se como uma unidade escolar de pequeno porte, cuja organização cotidiana revela tanto a vitalidade pedagógica da comunidade quanto os limites estruturais que moldam a escolarização no território rural de Coivaras. Atualmente, o

espaço atende **nove estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental**, reunidos em uma configuração multisseriada sob a responsabilidade de uma **professora unidocente**, que assume simultaneamente o planejamento, a heterogeneidade etária e a mediação pedagógica diária. Essa estrutura, ainda que tradicional em contextos rurais, demanda alto nível de organização docente, domínio de estratégias de diferenciação e uma leitura sensível das singularidades da turma e do território.

O atendimento ocorre em um **prédio histórico de expressivo valor simbólico para a comunidade**, que durante décadas funcionou como escola rural autônoma. Contudo, o desgaste natural do tempo, somado à ausência de investimentos sistemáticos decorrente da condição de sala anexa, resultou em uma infraestrutura fragilizada, com limitações na conservação física, na adequação dos ambientes pedagógicos e na oferta regular de recursos materiais. O prédio mantém sua função educativa graças ao empenho coletivo das famílias, que realizam pequenos reparos, zelam pelo espaço e mantêm viva a relação histórica da comunidade com a escola.

O abastecimento de insumos pedagógicos e operacionais ocorre de forma **irregular**, refletindo as dificuldades administrativas inerentes à condição de não autonomia da unidade. A ausência de código próprio no Censo Escolar e a vinculação a uma escola-sede localizada a mais de 60 quilômetros resultam em atrasos na reposição de materiais, dependência de comunicação indireta e menor protagonismo da comunidade na gestão cotidiana. Esse quadro é intensificado pela **falta de gestão presencial**, elemento que compromete a agilidade das decisões operacionais, reduz a capacidade de mediação institucional dos conflitos e limita o acompanhamento pedagógico mais estreito.

Apesar dessas fragilidades, a Altos da Colina mantém um ambiente escolar ativo e socialmente significativo. A presença diária da professora unidocente e o envolvimento da comunidade revelam que, mesmo diante das restrições logísticas e administrativas, a escola continua desempenhando papel essencial como espaço de referência cultural, educativa e identitária. O cenário observado evidencia, ao mesmo tempo, a resiliência da escola rural e a urgência de medidas estruturantes para garantir condições adequadas de permanência, continuidade pedagógica e justiça territorial.

Esse quadro não é resultado de desatenção, mas do próprio modelo institucional de anexação, que limita a presença estatal direta no território. Com a evolução das ferramentas de microplanejamento, torna-se possível reconhecer e corrigir essa limitação.

5.2 Demanda por Educação Infantil

A análise da demanda por Educação Infantil na Comunidade Rural Coivaras evidencia um quadro crítico de acesso, especialmente para as crianças de **4 e 5 anos**, que se encontram em idade de pré-escola, mas não conseguem deslocar-se até as unidades nucleadas da rede municipal. Embora Cuiabá disponha de **oito núcleos de escolas do campo** que ofertam turmas de G4 e G5 — distribuídos estrategicamente para atender regiões rurais amplas e demograficamente dispersas —, a logística de deslocamento para esses núcleos revela-se incompatível com as condições geográficas de Coivaras.

As famílias da comunidade enfrentam **distâncias superiores às consideradas razoáveis para crianças pequenas**, muitas vezes percorrendo longos trechos de estradas vicinais irregulares, sujeitas a intempéries, atoleiros, poeira intensa e variações sazonais que tornam o trajeto ainda mais desgastante. Esse cenário é recorrente nos territórios rurais da Capital: as unidades nucleadas, ainda que estruturadas para operar como polos de atendimento infantil, dependem de rotas de transporte escolar que foram originalmente pensadas para estudantes maiores, mais autônomos e fisicamente aptos a trajetos prolongados.

Assim, a situação de Coivaras não constitui uma exceção, mas sim **uma manifestação extrema de um padrão territorial já identificado na Educação Infantil rural do município**, em que a oferta de G4 e G5 é, por vezes, limitada não pela existência física das vagas, mas pela inviabilidade dos deslocamentos necessários para acessá-las. No caso específico da comunidade, a distância até a unidade nucleada mais próxima — aliada à ausência de transporte regular adequado para essa faixa etária — inviabiliza por completo o atendimento escolar das crianças pequenas, gerando um vazio educacional que se prolonga justamente na etapa que é direito constitucional e obrigatoriedade municipal.

Em decorrência disso, destaca-se a urgência de **instalar uma turma local de pré-escola multietária (G4/G5)** na sala anexa Altos da Colina, de modo a assegurar que as crianças da comunidade possam ingressar na Educação Infantil sem depender de deslocamentos inviáveis. Tal medida se alinha às diretrizes da Educação do Campo, reafirma o princípio da permanência com dignidade e corrige um desequilíbrio histórico no acesso à pré-escola nas zonas rurais de difícil acesso.

5.3 Potência comunitária

A Comunidade Rural Coivaras revela um conjunto expressivo de potências sociais, culturais e territoriais que sustentam a permanência da escola no campo. O vínculo estabelecido entre as famílias e o espaço escolar transcende a dimensão institucional, constituindo-se como parte intrínseca da vida comunitária. A escola — mesmo em sua condição atual de sala anexa — funciona como referência coletiva, ponto de encontro, espaço de circulação de memórias e território simbólico de pertencimento. Esse forte enraizamento territorial confere à escola uma centralidade que extrapola a função pedagógica, estruturando relações de solidariedade, apoio mútuo e continuidade cultural.

A comunidade também demonstra uma **cultura cooperativa profundamente consolidada**, observada tanto nas práticas de manutenção do prédio quanto na colaboração cotidiana para o funcionamento da unidade. Famílias se organizam para pequenos reparos, zelam pelo espaço escolar e, muitas vezes, complementam a rotina pedagógica com elementos da cultura agrícola, do manejo da terra e dos modos de vida que caracterizam o território. Essa disposição voluntária em manter a escola viva evidencia um ethos de responsabilidade coletiva, frequentemente identificado em comunidades rurais brasileiras, especialmente naquelas que preservam tradições de trabalho comunitário (mutirão, ajuda recíproca, partilha de colheitas e cuidado coletivo das crianças).

A **identidade rural consolidada**, marcada pela relação com o território, com o ciclo agrícola e com as práticas camponesas, fortalece ainda mais o papel da escola como expressão da vida local. A comunidade reconhece a escola não apenas como local de ensino, mas como espaço de afirmação de sua história, de transmissão de saberes e de continuidade das práticas que constituem sua existência territorial. Tal dimensão está profundamente associada à Educação do Campo como projeto político, que entende o território como espaço formativo e a escola como extensão da vida comunitária — perspectiva amplamente discutida por autores como Arroyo, Molina, Fernandes e Caldart.

Essa potência comunitária dialoga, portanto, com o conceito de **território vivo**, não apenas no caso emblemático do Distrito do Sucuri, mas também em diversas outras comunidades rurais cuiabanas e brasileiras, nas quais o projeto educativo é inseparável do contexto sociocultural e ambiental. Coivaras integra essa tradição, demonstrando que, mesmo diante de limitações estruturais e distâncias geográficas significativas, a escola permanece viva porque há um território que a sustenta, a reivindica e a protege.

Assim, a força comunitária local não constitui apenas um indicador qualitativo de envolvimento familiar, mas um argumento estruturante para a defesa da permanência da escola no território, para a reativação da autonomia escolar e para a implantação da

pré-escola multietária, assegurando que o direito à educação se materialize em diálogo com a realidade, os valores e a vida cotidiana da comunidade.

5.4. Infraestrutura, acesso a políticas públicas e continuidade dos estudos: os limites administrativos de uma sala anexa

A condição administrativa da Escola Altos da Colina como **sala anexa** — isto é, uma unidade escolar sem autonomia registral, sem código INEP ativo e subordinada à escola-sede a mais de 60 km — produz impactos profundos no acesso a programas, tecnologias e políticas públicas federais e estaduais.

Um dos exemplos mais claros desse processo é o acesso à internet. A unidade chegou a receber, em anos anteriores, uma tecnologia de conexão via satélite (HughesNet/Hugges), ofertada por meio de programas federais de inclusão digital rural. Contudo, após a desativação do seu código INEP — requisito básico para participação continuada em programas do FNDE e MEC — **o serviço deixou de ser mantido**, colocando a comunidade em um cenário de isolamento tecnológico, incompatível com as exigências contemporâneas de aprendizagem, comunicação e gestão pedagógica.

A alimentação escolar, por sua vez, encontra-se **regularizada**, com abastecimento mensal de itens não perecíveis e com uma profissional responsável pelo preparo das refeições, provida pela SME-Cuiabá. A produção de **hortaliças, temperos e frutas (principalmente cucurbitáceas)** pela própria comunidade escolar não apenas complementa o cardápio, mas reforça a identidade agroecológica e camponesa local, articulando práticas alimentares, pedagógicas e culturais — aspecto também observado em outras comunidades rurais como o Sucuri, cuja pedagogia do território vivo inclui cultivo escolar e uso das produções na merenda.

As famílias desempenham papel fundamental na manutenção do espaço escolar, realizando pequenos reparos estruturais, reforçando vínculos comunitários e fortalecendo a relação entre território, escola e vida cotidiana — dimensão também identificada no estudo *Educação do Campo e Permanência com Dignidade*.

No que se refere ao transporte escolar, a comunidade conta com **um veículo de pequeno porte (modelo van)**, climatizado e adequado ao número reduzido de estudantes, que

realiza o deslocamento diário para a sala anexa, exclusivamente no período matutino. Essa organização atende adequadamente às crianças do 1º ao 5º ano.

Entretanto, a continuidade dos estudos a partir do **6º ano do Ensino Fundamental** apresenta desafios estruturais mais graves. Para frequentar as aulas ofertadas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT), em regime de cooperação no prédio escolar da **Comunidade Chapada Vacarias**, os estudantes precisam embarcar no **micro-ônibus escolar por volta das 9h da manhã**, de modo a cumprir o longo trajeto das estradas vicinais e chegar à unidade com tempo hábil para o início das aulas vespertinas.

Esse arranjo revela um paradoxo persistente: embora a Chapada Vacarias seja **a comunidade mais próxima com infraestrutura escolar consolidada**, tais turmas pertencem administrativamente ao município de Acorizal, o que impede qualquer iniciativa de nucleação direta de Coivaras com essa unidade, como argumentado anteriormente. Assim, a continuidade dos estudos depende de um modelo híbrido e territorialmente tensionado — a escola inicial está no município de Cuiabá, mas a escola de seguimento está no município vizinho.

Essa condição gera **tempos escolares desproporcionais**, desgaste físico significativo para crianças e adolescentes e precarização do direito à jornada educativa equilibrada. Também cria **zonas cinzentas de responsabilidade administrativa**, pois a SME-Cuiabá assegura o percurso inicial, mas a política pedagógica e o calendário da escola de seguimento pertencem a outra jurisdição municipal/estadual.

Nesse cenário, a situação da Altos da Colina evidencia, de forma exemplar, como **a ausência de autonomia escolar impede o acesso da comunidade a recursos tecnológicos, programas federais e direitos garantidos às escolas com cadastro ativo**, ao mesmo tempo em que a localização geopolítica limítrofe entre municípios reforça o caráter de vulnerabilidade estrutural do território.

6. Proposta técnica: reativar a Pré-Escola multietária (G4/G5)

Esta proposta alinha-se à mudança de postura institucional da SME-Cuiabá, que atualmente opera com maior capacidade de diagnóstico territorial e sensibilidade às singularidades do campo.

A análise territorial, pedagógica e comunitária realizada na Comunidade Rural Coivaras evidencia a necessidade de reativar a oferta de Educação Infantil na modalidade de **turma multietária G4/G5**, assegurando o direito constitucional à pré-escola e corrigindo lacunas históricas no atendimento das crianças de 4 e 5 anos no território. A ausência desse atendimento, motivada sobretudo pela inviabilidade dos deslocamentos até as unidades nucleadas mais próximas, tem produzido um vazio educacional crítico, interrompendo a continuidade da trajetória escolar justamente na etapa que estabelece a base do desenvolvimento cognitivo, socioemocional e cultural das crianças.

A proposta técnica se fundamenta no reconhecimento de que Coivaras possui condições sociais, territoriais e comunitárias para manter uma turma local, além de apresentar demandas recorrentes que não podem ser supridas de forma segura e adequada pelas rotas de transporte existentes. Nesse sentido, recomenda-se a **abertura de uma turma multietária de Pré-Escola (G4/G5)** na sala anexa Altos da Colina, utilizando a sala disponível de aproximadamente **16 m²**, cuja metragem é adequada para até **oito crianças**, em conformidade com parâmetros adotados pela RME-Cuiabá e com diretrizes nacionais de proporção e organização do espaço para a Educação Infantil em territórios rurais.

A experiência demonstra que modelos multietários na Educação Infantil rural são não apenas viáveis, mas pedagogicamente coerentes com as dinâmicas de territórios dispersos. Um exemplo emblemático na própria rede municipal é a **Escola Rural Prof. Udeney Gonçalves de Amorim**, no Distrito do Aguaçu, uma das oito unidades nucleadas da Educação do Campo em Cuiabá. Mesmo sendo uma escola plenamente estruturada e integrada ao sistema de transporte escolar rural, a Udeney Gonçalves **mantém, na atualidade, turmas de G4 e G5 em formato multisseriado**, com resultados pedagógicos positivos, vínculos familiares fortalecidos e grande reconhecimento comunitário. Esse caso constitui referência direta e validada da eficácia da multietariedade na Educação Infantil do campo, comprovando que o modelo é tecnicamente sustentável, pedagogicamente apropriado e institucionalmente respaldado pela SME-Cuiabá.

Para garantir o pleno funcionamento da turma proposta em Coivaras, recomenda-se a designação de uma **professora unidocente própria**, assegurando estabilidade, continuidade pedagógica e vínculo comunitário — elementos essenciais para o êxito da Educação Infantil multietária. A organização do ambiente educativo deve observar as especificidades da Educação Infantil em contexto rural, contemplando mobiliários adequados, materiais manipuláveis, cantos de experiências e práticas pedagógicas que integrem o território como recurso didático, respeitando ritmos, tempos, saberes locais e dinâmicas socioculturais do campo.

A proposta também prevê articulação com **políticas de permanência escolar** e, quando aplicável, com **serviços de transporte**, ainda que, no caso específico de Coivaras, a abertura da turma se baseie justamente na impossibilidade de deslocamento cotidiano das crianças pequenas. Nessa perspectiva, a pré-escola local emerge como estratégia de justiça territorial, alinhada ao princípio da permanência com dignidade, ao fortalecimento das comunidades rurais e ao compromisso municipal com o acesso universal à Educação Infantil.

Assim, a reativação da pré-escola multietária em Altos da Colina não representa apenas uma ação pedagógica circunstancial, mas uma intervenção estruturante, que reconhece o território, valoriza a potência comunitária e restabelece o direito das crianças de Coivaras a iniciar sua trajetória educativa no próprio lugar onde vivem. Trata-se de uma medida tecnicamente fundamentada, institucionalmente legitimada por experiências exitosas na própria rede e socialmente necessária para assegurar equidade no atendimento da Educação Infantil rural em Cuiabá.

7. Discussão: a urgente recomposição da autonomia escolar

A reativação da autonomia escolar da Altos da Colina emerge como expressão da mudança institucional da SME-Cuiabá, que reconhece que a anexação, embora historicamente compreensível, tornou-se insuficiente para garantir direitos territoriais.

A discussão sobre a necessidade de recompor a autonomia escolar da sala anexa Altos da Colina, na Comunidade Rural Coivaras, deve ser situada no marco teórico da **permanência com dignidade**, conceito-chave da Educação do Campo que articula o direito à educação à

permanência das pessoas, das culturas e das formas de vida em seus territórios. Nesse sentido, a autonomia escolar não é apenas um atributo administrativo, mas um dispositivo político capaz de afirmar identidades, fortalecer vínculos comunitários e garantir que a escola opere como expressão legítima das condições locais de existência.

A condição de **sala anexa**, ao contrário, tende a produzir efeitos de invisibilização territorial. Unidades anexadas a escolas-sede urbanas ou distantes territorialmente perdem capacidade de reivindicação, não possuem código próprio no Censo Escolar, têm menos acesso a programas federais e estaduais e ficam sujeitas a fluxos decisórios que não dialogam com suas realidades específicas. Na prática, a anexação reduz a presença institucional no território e compromete a capacidade da comunidade de exercer participação ativa na gestão escolar. É um arranjo que, embora em alguns momentos históricos tenha funcionado como solução emergencial, revela-se insuficiente para garantir direitos em territórios geograficamente complexos, como ocorre em Coivaras.

A recomposição da autonomia escolar, nesse contexto, significa devolver institucionalidade a um território que, historicamente, construiu sua identidade a partir da presença da escola. A reorganização administrativa e pedagógica da Altos da Colina não apenas reconhece a comunidade como sujeito coletivo legítimo, mas restabelece condições de governança local, participação das famílias, voz política, acesso a recursos e capacidade de planejamento. É, portanto, uma medida que reforça a compreensão da escola como **ponto de articulação social, cultural e econômica**, função que historicamente caracteriza os equipamentos públicos em zonas rurais de baixa densidade populacional.

O caso da proposta de **escola de tempo integral no Rio dos Peixes**, já discutido pela SME-Cuiabá em outra conjuntura territorial, ilustra com clareza como a autonomia institucional amplia a potência pedagógica e territorial de uma unidade escolar. Quando a escola possui identidade própria, poder de gestão e capacidade de dialogar diretamente com sua comunidade, torna-se mais apta a desenvolver práticas contextualizadas, projetos pedagógicos enraizados no território, ações de convivência comunitária e experiências educativas que valorizam saberes locais. A autonomia, nesse sentido, é vetor de inovação, não de isolamento: fortalece a escola como centro de vida comunitária.

É importante reconhecer que, à primeira vista, a proposta de recompor a autonomia da antiga escola Altos da Colina pode parecer, a alguns leitores superficiais, um aparente retrocesso diante do esforço histórico de nucleação e reorganização da rede rural ocorrido entre 1996 e 2005. Trata-se, contudo, de uma leitura incompleta. A nucleação rural em Cuiabá — fruto de um longo processo técnico, político e logístico — representou um avanço

essencial para superar a fragmentação das escolas isoladas, reorganizar o transporte escolar rural e fortalecer a rede pública. Esse processo, histórico e extremamente trabalhoso, está consolidado e permanece como base estruturante da Educação do Campo no município.

Contudo, o caso específico de Coivaras revela um **ponto cego** desse processo: trata-se de um território limítrofe, geopolítica e logisticamente singular, que não foi plenamente beneficiado pela nucleação e cuja anexação resultou em perda de direitos educacionais para a comunidade. Assim, longe de representar retrocesso, a recomposição da autonomia da Altos da Colina configura-se como **ato de restauração**, como **ajuste territorial necessário** e como **reafirmação de um estado de direito** para uma comunidade que ficou à margem dos processos estruturantes mais amplos.

Portanto, a urgência da autonomia escolar em Coivaras reside na necessidade de **adequar a política educacional à realidade do território**, respeitando sua identidade, suas distâncias, sua cultura comunitária e sua potência organizativa. Reativar a autonomia da Altos da Colina não é reconstruir o passado, mas assegurar futuro: é permitir que a escola volte a exercer sua função plena de equipamento público formador, comunitário e territorial, garantindo às crianças e às famílias o direito de aprender e viver dignamente no campo.

7.1. Autonomia escolar na legislação brasileira e no Censo Escolar

A discussão sobre a recomposição da autonomia escolar da antiga Escola Rural Altos da Colina exige uma análise que ultrapassa a dimensão socioterritorial e atinge o campo normativo, especialmente no que se refere às exigências legais para o funcionamento regular de uma unidade escolar e à sua presença institucional no **Censo Escolar da Educação Básica**, principal instrumento de coleta oficial de dados educacionais do país.

Do ponto de vista jurídico, a autonomia escolar no Brasil está ancorada nos princípios da **gestão democrática** (art. 206, VI, da Constituição Federal), na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**, bem como nas normativas complementares que regulam o funcionamento das redes públicas de educação. A LDB estabelece que a escola é uma instituição dotada de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, ainda que em diferentes graus, a depender da organização do ente federado. Essa autonomia, entretanto, pressupõe a existência de uma **unidade escolar formalmente**

reconhecida, com identificação institucional própria, equipe diretiva e meios adequados para exercer sua função social.

Esse reconhecimento institucional ocorre, na prática, por meio de dois mecanismos principais:

1. **ato oficial de criação e manutenção da unidade escolar**, por decreto ou portaria do ente mantenedor;
2. **registro ativo no Censo Escolar**, que assegura visibilidade, reconhecimento federativo e validação dos dados da unidade no âmbito da política educacional brasileira.

O **Censo Escolar**, coordenado pelo INEP/MEC, não é apenas um instrumento de coleta estatística; ele representa o eixo de **validação federativa da existência da escola**, funcionando como pré-condição para acesso a programas, políticas de financiamento e ações de apoio técnico do Ministério da Educação. A ausência de código próprio (INEP/Escola) implica, na prática, que a unidade deixa de existir administrativamente no sistema educacional nacional.

Essa invisibilidade produz efeitos diretos e profundos. Unidades sem autonomia censitária:

- não acessam programas federais de **conectividade, alimentação, material didático, formação docente, PDDE e tecnologias educacionais**;
- têm dificuldades de comprovar matrículas e regularidade de funcionamento;
- perdem capacidade de planejamento e monitoramento interno;
- dependem integralmente da escola-sede, ainda que esta esteja territorialmente distante;
- sofrem limitações na tomada de decisões que envolvem o cotidiano escolar, o uso de recursos e a articulação com a comunidade.

No caso de territórios rurais — especialmente aqueles de difícil acesso, como a Comunidade Coivaras —, a inexistência de autonomia só agrava o descompasso entre

política educacional e realidade territorial. A vinculação direta a uma escola-sede distante, embora possa representar solução transitória em algumas regiões urbanizadas, não se ajusta às particularidades geográficas, logísticas e socioculturais do campo cuiabano.

Do ponto de vista normativo, escolas anexas são compreendidas como **extensões administrativas**, mas não equivalem, legalmente, a escolas plenas. São unidades que funcionam sem identidade própria, sem autonomia de gestão e sem presença estatística nos indicadores oficiais. A legislação não impede sua existência, porém evidencia que tais estruturas **não são soluções permanentes**, sobretudo quando comprometem o direito das comunidades rurais à participação ativa e à visibilidade institucional.

A recomposição da autonomia escolar da Altos da Colina, portanto, não é apenas um reposicionamento administrativo, mas uma **exigência normativa** para que a comunidade recupere seu direito à representação institucional no sistema educacional brasileiro. A restauração de um código próprio no Censo Escolar — acompanhada de ato oficial de reativação da unidade — devolve à escola sua identidade administrativa, reinsere a comunidade nos fluxos das políticas federais e restabelece condições adequadas para o planejamento, execução e monitoramento da política educacional no território.

Ao reconhecer a importância desse processo, reafirma-se que a autonomia escolar não é um privilégio organizacional, mas um **instrumento de garantia de direitos**, especialmente no campo, onde a escola cumpre funções ampliadas de articulação social, cultural e econômica. Reativar a autonomia da Altos da Colina significa devolver à comunidade Coivaras aquilo que lhe foi historicamente subtraído: a presença institucional plena no Estado brasileiro.

8. Conclusões

A análise territorial, histórica e pedagógica da Comunidade Rural Coivaras revela, com clareza, que a atual configuração da sala anexa Altos da Colina não responde às necessidades educacionais do território nem assegura plenamente os direitos fundamentais das crianças, famílias e educadores que nele vivem. O estudo demonstra que a condição de

anexo, embora tenha sido uma solução emergencial em determinados momentos da política rural de Cuiabá, consolidou-se como uma forma de invisibilização institucional, comprometendo a vinculação da comunidade ao sistema educacional brasileiro e limitando o acesso a programas, recursos, tecnologias e políticas públicas essenciais.

Ao recuperar a trajetória histórica iniciada com o Projeto Transpor (1996–2005) e seus desdobramentos na consolidação dos núcleos rurais, no transporte escolar estruturado e na expansão da Educação Infantil no campo, torna-se evidente que Coivaras representa uma exceção estrutural nesse processo — um território que, por sua localização geopolítica singular, permaneceu à margem dos benefícios plenos da nucleação rural. A ausência de pré-escola local, somada à impossibilidade de deslocamento das crianças pequenas, configura um vazio educacional que exige intervenção imediata e sensível ao território.

A proposta técnica apresentada — abertura da pré-escola multietária (G4/G5), organização do ambiente educativo, designação de professora unidocente e recomposição da autonomia escolar — não constitui um retorno ao passado pré-nucleação, mas uma **correção histórica necessária**, alinhada ao princípio da permanência com dignidade e ao compromisso da SME-Cuiabá com justiça territorial. O exemplo contemporâneo da Escola Rural Prof. Udeney Gonçalves de Amorim demonstra que a multietariedade na Educação Infantil pode operar com qualidade, legitimidade comunitária e coerência pedagógica, reforçando a consistência da proposta para Coivaras.

A discussão normativa evidencia que a autonomia escolar não é apenas uma escolha administrativa, mas uma condição estruturante para que a comunidade recupere sua visibilidade institucional no Censo Escolar, tenha acesso às políticas federais e exerça participação plena no processo educativo. Autonomia, neste contexto, é sinônimo de direito, identidade e presença estatal — elementos indispensáveis à continuidade da vida no campo.

Assim, recomenda-se que a SME-Cuiabá avance na reativação da autonomia da Escola Altos da Colina, reinstale a oferta local da Educação Infantil e reconheça Coivaras como comunidade escolar legítima, capaz de produzir, sustentar e transformar sua própria trajetória educativa. A escola, enquanto território vivo, deve ser compreendida como um bem público comunitário e como espaço de articulação social, cultural e econômica. Garantir seu funcionamento pleno não é apenas uma política de gestão, mas um compromisso ético com a equidade territorial e com o direito das crianças do campo a aprender e crescer no lugar onde vivem.

Referências

1. Referências Teóricas da Educação do Campo

ARROYO, Miguel González. *A educação básica e o movimento social do campo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARROYO, Miguel González; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. *O campo da Educação do Campo*. In: SAUER, Sérgio; MARTINS, Paulo Henrique. *Territórios e territorialidades*. Brasília: INCRA; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA; NEAD, 2009.

MUNARIM, Antônio. *Educação do Campo: história, práticas e desafios no Brasil contemporâneo*. Florianópolis: UFSC, 2011.

2. Referências sobre Multisseriação, Território e Escola Rural

HAGE, Salomão Mufarrej. *Escolas multisseriadas: práticas, tensões e desafios*. Belém: EDUFPA, 2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. *Pedagogias da multisseriação: processos de criação e resistência*. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 57, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação rural no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1983.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2011. (para fundamentar territorialidade e cultura local)

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

3. Marcos Legais e Normativos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo Escolar da Educação Básica: Manual do Gestor*. Brasília: INEP, edições diversas.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*.

FNDE. *Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): Manual de Operações*. Brasília: FNDE, edições diversas.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica: Instrumentos, Procedimentos e Indicadores*. Brasília: INEP, várias edições.

4. Documentos Institucionais e Produções da CMPE/SME-Cuiabá

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE). *O Silêncio da Demanda de Creche em Cuiabá (2020–2025): Análise Territorial da Ausência de Oferta de Creche na Rede Municipal de Ensino*. EduCAPES, 2025.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. CMPE. *Síntese Técnica da Cobertura da Educação Infantil – 2020–2025*. Cuiabá: SME-Cuiabá, 2025.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. CMPE. *Pré-escola Incompleta: Uma Análise Territorial sobre a Não-Aparição do G4*. Cuiabá: SME-Cuiabá, 2024.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Proposta de Escola em Tempo Integral do Rio dos Peixes*. SME-Cuiabá, 2021.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. *Diagnóstico Territorial: Distrito do Sucuri e a Pedagogia do Território Vivo*. CMPE, 2023.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Educação. *Relatório Técnico – Transporte Escolar Rural*. SME-Cuiabá, várias edições.

5. Bases de Dados e Fontes Complementares

IBGE. *Setores Censitários e Malha Municipal*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

DATASUS/SINASC. *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos*. Ministério da Saúde.

MEC/INEP. *Painel Educacional: Indicadores de Matrícula e Oferta*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>.

6. Para Referência Específica do Artigo Produzido

LENA, Ângelo Valentim. *Territorialidade, Permanência e Justiça Educacional no Campo: Microplanejamento e Reorganização da Oferta Escolar nas Comunidades Rurais de Cuiabá-MT*. Documento técnico-acadêmico, 2025. (A ser depositado na EduCAPES)